PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 15 de março de 2019.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO

	2018	2017
Circulante	3.085.077	2.419.468
Disponibilidades	37.107	43.301
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	431.585	151.240
Aplicações em depósitos interfinanceiros	431.585	151.240
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	195.908	108.191
Carteira própria	195.908	108.191
Operações de crédito	763.985	802.762
Operações de crédito - setor privado (Nota 7 (a))	1.241.133	1.321.277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c) e 8)	(477.148)	(518.515)
Outros créditos	1.649.963	1.310.739
Títulos e créditos a receber (Notas 7 (a) e 9)	1.433.588	1.100.548
Diversos (Nota 9)	224.417	218.058
Provisão para perdas	-	(1.361)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c), 8 e 9)	(8.042)	(6.506)
Outros valores e bens	6.529	3.235
Despesas antecipadas	6.529	3.235
Realizável a longo prazo	238.506	190.739
Operações de crédito	18.002	18.147
Operações de crédito - setor privado (Nota 7 (a))	18.184	18.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c) e 8)	(182)	(183)
Outros créditos	220.504	172.592
Diversos (Nota 9)	220.504	172.592
Permanente	70.117	70.016
Investimentos	1.510	1.510
Outros	1.510	1.510
Imobilizado de uso (Nota 10 (b))	17.814	41.027
Imobilizações em curso	17.577	40.672
Instalações, móveis e equipamentos em uso	216	319
Outros	21	36
Intangível	50.793	27.479
Gastos com aquisição e desenvolvimento (Nota 10 (c))	72.899	34.963
(-) Amortização acumulada	(22.106)	(7.484)
Total do ativo	3.393.700	2.680.223

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
Circulante	1.651.331	1.333.286
Depósitos	-	71.373
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	-	71.373
Recursos de aceites e emissão de títulos	92.979	10.454
Recursos de aceites cambiais (Nota 11)	92.979	10.454
Outras obrigações	1.558.352	1.251.459
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	996	696
Sociais e estatutárias (Nota 14)	10.544	17.363
Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	24.336	27.610
Diversas (Nota 13)	1.522.476	1.205.790
Exigível a longo prazo	1.161.668	785.233
Recursos de aceites e emissão de títulos	741.396	380.286
Recursos de aceites cambiais (Nota 11)	741.396	380.286
Outras obrigações	420.272	404.947
Fiscais e previdenciárias (Notas 12 e 22)	420.272	404.947
Patrimônio líquido (Nota 14)	580.701	561.704
Capital social		
De domiciliados no País	298.000	298.000
Reserva de lucros	282.701	263.704
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.393.700	2.680.223

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
Receitas da intermediação financeira	605.798	1.150.936	1.468.268
Operações de crédito (Nota 15)	592.246	1.129.174	1.443.865
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 4 e 5)	13.427	21.587	24.374
Resultado de operações cambiais	125	175	29
Despesas da intermediação financeira	(428.218)	(894.490)	(808.386)
Captações no mercado (Nota 11)	(23.055)	(41.541)	(50.171)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c))	(405.163)	(852.949)	(758.215)
Resultado bruto da intermediação financeira	177.580	256.446	659.882
Outras receitas (despesas) operacionais	(106.159)	(177.900)	(527.602)
Receitas de prestação de serviços (Nota 16)	126.162	222.658	186.017
Despesas de pessoal	(14.170)	(24.576)	(106.891)
Despesas tributárias	(39.377)	(74.443)	(87.837)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(111.721)	(184.587)	(191.547)
Outras receitas operacionais (Nota 19)	38.616	71.445	74.165
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(105.669)	(188.397)	(401.509)
Resultado operacional	71.421	78.546	132.280
Resultado não operacional	330	308	128
Resultado antes da tributação sobre o lucro	71.751	78.854	132.408
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(30.959)	(35.945)	(62.407)
Provisão para imposto de renda	(8.959)	(8.959)	(11.522)
Provisão para contribuição social	(7.193)	(7.193)	(9.422)
Ativo fiscal diferido	(14.807)	(19.793)	(41.463)
Participações de empregados no resultado	-	(731)	(548)
Lucro líquido do semestre / exercícios	40.792	42.178	69.453
Quantidade de ações	298.000	298.000	298.000
Lucro líquido por ação - em R$	0,14	0,14	0,23

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutárias	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	298.000	59.600	232.362	-	589.962
Complemento de dividendos – R$ 0,17 por ação conforme AGO de 28 de abril de 2017 (Nota 14)	-	-	(50.348)	-	(50.348)
Complemento de dividendos – R$ 0,10 por ação conforme AGE de 28 de setembro de 2017 (Nota 14)	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	69.453	69.453
Destinação:					
Dividendos provisionados – R$ 0,06 por ação	-	-	-	(17.363)	(17.363)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	52.090	(52.090)	-
Em 31 de dezembro de 2017	298.000	59.600	204.104	-	561.704
Retenção de dividendos – R$ 0,06 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2018 (Nota 14)	-	-	17.363	-	17.363
Dividendos – R$ 0,10 por ação conforme aprovação ARD de 26 de setembro de 2018 (Nota 14)	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.178	42.178
Destinação:					
Dividendos provisionados – R$ 0,04 por ação	-	-	-	(10.544)	(10.544)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	31.634	(31.634)	-
Em 31 de dezembro de 2018	298.000	59.600	223.101	-	580.701
Em 30 de junho de 2018	298.000	59.600	204.104	1.040	562.744
Lucro líquido do semestre	-	-	-	40.792	40.792
Retenção de dividendos – R$ 0,06 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2018 (Nota 14)	-	-	17.363	-	17.363
Dividendos – R$ 0,10 por ação conforme aprovação ARD de 26 de setembro de 2018 (Nota 14)	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Destinação:					
Dividendos propostos – R$ 0,02 por ação	-	-	-	(10.198)	(10.198)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	31.634	(31.634)	-
Em 31 de dezembro de 2018	298.000	59.600	223.101	-	580.701

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado ajustado do semestre / exercícios	490.251	956.266	926.572
Resultado antes da tributação do semestre / exercícios	71.751	78.854	132.408
Ajustes:	418.500	877.412	794.164
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	405.163	852.949	758.215
Depreciação e amortização	7.687	14.622	6.017
Provisão para contingências	7.626	15.325	24.631
Outras provisões / reversões	(1.976)	(5.484)	5.301
Variação de ativos e passivos	(470.880)	(1.009.654)	(847.281)
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários (ativos / passivos)	(18.135)	(87.717)	97.055
(Aumento) em operações de créditos	(411.195)	(252.750)	(143.007)
(Redução) provisão de operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	(460.385)	(892.781)	(678.905)
(Aumento) em outros créditos	(63.632)	(86.511)	(14.238)
(Aumento) em outros valores e bens	(3.294)	(3.294)	(3.235)
Aumento / (redução) em outras obrigações	492.789	320.427	(890)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.028)	(7.028)	(104.061)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	19.371	(53.388)	79.291
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado / intangível	(8.396)	(14.723)	(46.611)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	(8.396)	(14.723)	(46.611)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
(Redução) em depósitos	-	(71.373)	(270.343)
Aumento em recursos de aceites cambiais	357.262	443.635	384.818
Dividendos pagos	(30.000)	(30.000)	(110.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	327.262	342.262	4.475
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	338.237	274.151	37.155
No início do semestre / exercício	130.455	194.541	157.386
No fim do semestre / exercício	468.692	468.692	194.541
Composição de caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades	37.107	37.107	43.301
Aplicações interfinanceiras de liquidez	431.585	431.585	151.240
Total de caixa e equivalentes de caixa	468.692	468.692	194.541

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora") é controlada por Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Controladora") e suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Controladora.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Pernambucanas. A estrutura operacional utilizada pela Financiadora pertence à sua Controladora e os custos são absorvidos segundo, a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 15 de março de 2019.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Financiadora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação".

Os títulos classificados para negociação são apresentados no ativo circulante e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

(e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações repactuadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As repactuações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da repactuação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado nas Notas 7 (c) e 8.

(f) Investimentos

Os investimentos em controlada e empresa ligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (m). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *software*s e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *software*s são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro.

A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e a alíquota de 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre o lucro líquido ajustado, conforme Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, que foi convertida na Lei nº 13.169/15 em 6 de outubro de 2015.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

(k) Captações em depósitos interfinanceiros

As captações em depósitos interfinanceiros são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões e contingências passivas – provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(m) Provisão para recuperação de ativos - *(impairment)*

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018	2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Vencimento até 30 dias	431.585	151.240
	431.585	151.240

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R$ 11.045 (2017 – R$ 12.809), com rendimento médio de 99,33% a.a. (2017 – 99,35% a.a.) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"). O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "Títulos para negociação". De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, a carteira estava assim composta:

	Valor de custo	Valor de mercado em 2018	Valor de mercado em 2017
Títulos privados			
Carteira própria			
Cotas em fundos de investimento	90.899	90.899	98.144
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	105.009	105.009	10.047
	195.908	195.908	108.191

As aplicações em cotas do fundo de investimento são atualizadas, mensalmente, pelo respectivo valor da cota divulgado pela Administradora do fundo e são classificadas dentro da faixa de vencimento de até 3 meses. O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R$ 5.822 (2017 – R$ 11.565).

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R$ 3.854 (2017 – R$ 45).

6. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7. Operações de crédito

As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são assim sumariadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	2018	2017
Crédito direto ao consumidor	-	42.511
Crédito pessoal	1.259.317	1.297.096
Total de operações de crédito	1.259.317	1.339.607
Títulos e créditos a receber (*)	1.433.588	1.100.548
Total de títulos e créditos a receber (Nota 9)	1.433.588	1.100.548
Total da carteira	2.692.905	2.440.155
Parcelas a curto prazo	2.674.721	2.421.825
Parcelas a longo prazo	18.184	18.330

(*) Operações com cartões de crédito *private label* e bandeirado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de valores renegociados com clientes é no valor de R$ 386.861 (2017 – R$ 368.192).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

	2018				2017			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
Prazo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	1.718.247	93,98	204.818	23,69	1.365.624	92,81	202.578	20,91
De 31 a 60 dias	21.194	1,16	93.961	10,87	22.356	1,52	96.989	10,01
De 61 a 90 dias	16.608	0,91	79.947	9,25	16.907	1,15	91.285	9,43
De 91 a 180 dias	37.166	2,03	165.694	19,16	34.587	2,35	224.314	23,16
De 181 a 365 dias	16.909	0,93	320.177	37,03	13.673	0,93	353.512	36,49
Acima de 365 dias	18.184	0,99	-	-	18.330	1,24	-	-
	1.828.308	100,00	864.597	100,00	1.471.477	100,00	968.678	100,00

(c) Composição da carteira por nível de risco:

	2018					2017	
Nível	A vencer	Vencidos	Total	Percentual de provisão	Provisão contabilizada	Total	Provisão contabilizada
A	1.804.836	109.972	1.914.808	0,50	9.574	1.529.789	7.649
B	6.493	91.411	97.904	1,00	979	97.272	973
C	5.515	91.641	97.156	3,00	2.915	96.151	2.884
D	4.056	79.257	83.313	10,00	8.331	91.218	9.122
E	2.711	62.631	65.342	30,00	19.603	87.802	26.341
F	1.646	52.487	54.133	50,00	27.066	76.168	38.084
G	1.002	51.872	52.874	70,00	37.012	72.720	50.904
H	2.049	325.326	327.375	100,00	327.375	389.035	389.035
	1.828.308	864.597	2.692.905		432.855	2.440.155	524.992
Complementar (*)					52.517		212
					485.372		525.204

(*) Refere-se à provisão complementar, realizada no segundo semestre de 2018, aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes dos riscos nas operações com clientes.

(Continua...)

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Por setor de atividade:

	2018	2017
Pessoa física	2.692.905	2.440.155

(e) Cessão sem coobrigação de crédito baixado como prejuízo
No segundo semestre de 2018, a Financiadora efetuou operação de cessão sem coobrigação de crédito baixado como prejuízo com sociedade não ligada, gerando uma receita líquida de R$ 51.521, sendo registrada na rubrica Receitas com Operações de Crédito.

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi movimentada pelos seguintes eventos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
Saldo inicial	540.594	525.204	445.894
Complemento	405.163	852.949	758.215
Baixas contra a provisão	(460.385)	(892.781)	(678.905)
Saldo final	485.372	485.372	525.204

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão (Nota 15) no montante de R$ 348.434 (2017 – R$ 520.050).
O indicador "over 90" (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) dos clientes da carteira de cartão bandeirado decresceu 8,9 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando a melhoria na performance da carteira. Em 31 de dezembro de 2018 é de 12,3% (2017 – 21,2%).

9. Outros créditos

	2018		2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	72.108	-	43.634	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.028	45.460	62.190	-
Créditos tributários de impostos e contribuições	48.245	171.193	74.793	164.438
Incentivos fiscais, líquido de provisão	-	-	23	-
Títulos e créditos a receber (*) (Nota 7)	1.433.588	-	1.100.548	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	(8.042)	-	(6.506)	-
Outros	97.036	3.851	36.057	8.154
	1.649.963	220.504	1.310.739	172.592

(*) Operações com cartões de crédito *private label* e bandeirado.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.
No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	39.531	-	(14.019)	25.512
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	101.237	3.831	-	105.068
Outras	3.557	-	(339)	3.218
	144.325	3.831	(14.358)	133.798
Contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	31.625	-	(11.216)	20.409
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	60.742	2.299	-	63.041
Outras	2.539	-	(349)	2.190
	94.906	2.299	(11.565)	85.640
2018	239.231	6.130	(25.923)	219.438
2017	280.694	9.854	(51.317)	239.231

Com base no atual nível de capitalização e nas operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2018 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Expectativa de realização

		Realização	
	2019	2020 a 2023	Total
Créditos tributários do imposto de renda			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	25.512	-	25.512
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	105.068	105.068
Outras	1.290	1.928	3.218
Total	26.802	106.996	133.798
Valor presente	24.868	73.566	98.434
Créditos tributários de contribuição social			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	20.409	-	20.409
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	63.041	63.041
Outras	1.033	1.157	2.190
Total	21.442	64.198	85.640
Valor presente	19.895	44.140	64.035

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 7,78% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

10. Permanente

(a) Participações em controlada e coligada
Em 3 de julho de 2017, a Diretoria aprovou a transferência de 78.514 (setenta e oito mil, quinhentas e quatorze) ações preferenciais classe "A" da sociedade Hotel Jatiúca S.A. de que é proprietária, com todos os direitos e as obrigações constantes no Estatuto, para Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas, no montante de R$ 78.

(b) Imobilizado
Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R$ 17.814 (2017 – R$ 41.027).

(c) Intangível
Representado por *softwares* em andamento no montante de R$ 50.793 (2017 – R$ 27.479).

11. Depósitos interfinanceiros e recursos de aceites cambiais

	2018	2017
Captações em depósitos interfinanceiros		
Vencimento entre 30 dias e 180 dias	-	71.373
	-	71.373
Captações em recursos de aceites cambiais		
Vencimento até 365 dias	92.979	10.454
Vencimento acima de 365 dias	741.396	380.286
	834.375	390.740

O resultado com depósitos interfinanceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 2.098 (2017 – R$ 35.068), à taxa média de 119,39% a.a. (2017 – 118,87% a.a.) do CDI.
Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 38.754 (2017 – R$ 14.845), 119,51% a.a. do CDI e com prazo médio de 2,4 anos (2017 – 118,00% do CDI e prazo médio de 2,7 anos).

12. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2018		2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de renda	8.856	-	11.522	-
Contribuição social	7.104	-	9.422	-
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	420.272	-	404.947
Outras	8.376	-	6.666	-
	24.336	420.272	27.610	404.947

13. Outras obrigações - diversas

	2018	2017
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 21)	553.002	663.423
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	942.970	492.850
Outras	26.504	49.517
	1.522.476	1.205.790

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (2017 – 298.000.000) ações ordinárias no valor de um real cada.
Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.
A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 aprovou a distribuição do lucro líquido do exercício de 2016, da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos: R$ 80.000 (dos quais R$ 29.652, referem-se a dividendos obrigatórios e R$ 50.348 de dividendos adicionais);
- Manutenção da parcela para Reserva Estatutária: R$ 38.608 (2016 – R$ 84.264).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2017, aprovou a distribuição de dividendos complementares contra reservas estatutárias, no montante de R$ 30.000.
A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, aprovou a retenção do lucro líquido do exercício de 2017, da seguinte forma:

- Manutenção para reserva estatutária: R$ 69.453 (2017 – R$ 38.608).

Em reunião da Diretoria realizada em 26 de setembro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R$ 30.000.
Em 31 de dezembro de 2018, foram provisionados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	42.178	69.453
Dividendos – 25% da base	10.544	17.363

Reserva de lucros – Estatutária: Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.
Reserva de lucros – Legal: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.
O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

15. Receitas de operações de crédito

	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
Crédito pessoal	394.295	776.263	723.804
Crédito direto ao consumidor	1.966	4.477	200.011
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 8)	195.985	348.434	520.050
	592.246	1.129.174	1.443.865

16. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
Rendas de serviços prioritários – PF	11.318	19.211	18.602
Cartão de crédito diferenciado	71.002	123.522	86.717
Receita de outros serviços	43.842	79.925	80.698
	126.162	222.658	186.017

17. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
Comunicação	(4.942)	(11.950)	(28.918)
Processamento de dados	(23.984)	(45.644)	(33.289)
Serviços técnicos	(3.992)	(8.000)	(11.192)
Serviços do sistema financeiro	(25.063)	(52.947)	(41.532)
Serviços de terceiros	(2.824)	(6.547)	(10.903)
Contribuições filantrópicas	-	-	(340)
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	(20.659)	(22.464)	(35.672)
Depreciação e amortização	(7.687)	(14.622)	(6.141)
Indenizações judiciais / cíveis	(6.366)	(9.824)	(5.196)
Outras	(16.204)	(12.589)	(18.364)
	(111.721)	(184.587)	(191.547)

18. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
Descontos concedidos	(66.412)	(130.158)	(354.830)
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	-	(4)	(2.520)
Juros outros	(43)	(55)	(598)
Despesas com patrocínio cultural / esportivo	-	-	(686)
Despesas com intermediação (cartão de crédito)	(10.292)	(14.358)	(16.736)
Correspondente bancário	(2.677)	(5.354)	(5.294)
Outras	(26.245)	(38.468)	(20.845)
	(105.669)	(188.397)	(401.509)

19. Outras receitas operacionais

	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	34.408	58.519	48.629
Receitas com programas de incentivo de vendas	-	37	886
Reversão de provisões	1.478	1.478	19.183
Outras	2.370	11.411	5.467
	38.616	71.445	74.165

20. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	78.123	131.860	78.123	131.860
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social – 25% e 15% (Nota 3 (i)) – %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(19.531)	(32.965)	(11.718)	(19.779)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
(Adições) exclusões permanentes	124	(1.761)	(746)	(1.907)
Benefícios fiscais (patrocínios culturais e outros)	-	574	-	-
Adicional IR	24	24	-	-
Efeito decorrente da majoração da alíquota da CSLL (*)	-	-	(3.906)	(6.593)
Outros	(103)	-	(89)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(19.486)	(34.128)	(16.459)	(28.279)

(*) No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, para as instituições financeiras e equiparadas, a alíquota da contribuição social foi alterada de 15% para 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015.

21. Partes relacionadas

(a) **Transações e saldos**
Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que refere-se a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Controladora)				
Valores a receber (i)	72.108	43.634	-	-
Contas a pagar (ii)	(550.891)	(637.196)	-	-
Contas a pagar (iii)	(2.111)	(26.227)	(47.983)	(120.995)
Dividendos a pagar (Nota 14)	(10.544)	(17.363)	-	-

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.
(ii) Referem-se, aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.
(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita *(private label)*, operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. Em 31 de dezembro de 2018, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R$ 25.441 (2017 – R$ 24.130), reembolsos de despesas administrativas de R$ 22.464 (2017 – R$ 11.542), operacionais de R$ 4 (2017 – R$ 2.520) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R$ 74 (2017 – R$ 82.803).

(b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**
O pessoal-chave da Administração inclui os membros estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 9.574 (salários e encargos) (2017 – R$ 8.613), no consolidado da "Controladora" – Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas.
A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

22. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).
Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de provisões e contingências ativas e passivas, levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes – Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) – é decorrente de mandado de segurança impetrado com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS / PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das Impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS / PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora efetuou o recolhimento das contribuições de PIS / PASEP e COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98.
Em 31 de dezembro de 2018, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R$ 420.272 (2017 – R$ 404.947), está registrado no Exigível a longo prazo.
As provisões são demonstradas como segue:

			2018
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	56.606	348.341	404.947
Atualizações	2.142	13.183	15.325
Saldo final	58.748	361.524	420.272

			2017
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	53.162	327.154	380.316
Atualizações	3.444	21.187	24.631
Saldo final	56.606	348.341	404.947

(c) Provisão e passivos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R$ 7.712 (2017 – R$ 6.150), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R$ 9.286 (2017 – R$ 12.996).

23. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A Financiadora está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2018 é de 10,70% (2017 – 14,92%).

24. Outras informações

Cessão de operações de crédito

Em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de créditos, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito ou pela aquisição de cotas subordinadas dos fundos cessionários. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há saldos de operações cedidas e de obrigações assumidas.

25. Eventos subsequentes

A Administração da Financiadora declara que não tem conhecimento de nenhum evento subsequente que tenha efeito relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO	MARCELLO MIRANDA	EDUARDO CIDADE DA SILVA	WALTER HIRATA OUCHI	JOÃO MARCELO COSTA	ABENER BÔA
Diretor-Presidente	Diretor de Produtos	Diretor Jurídico	Diretor de Crédito e Cobrança	Diretor de Tecnologia	Diretor Contábil / Contador CRC 1SP095415/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0